



Centro de Bem Estar Infantil e Juvenil do Coração de Jesus
Casa de Acolhimento

Demonstrações Financeiras
Período de 2017

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração de Fluxos de Caixa.....	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	6
1. Identificação da Entidade	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	9
3. Principais Políticas Contabilísticas	10
3.1. Bases de Apresentação	10
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	11
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	15
5. Activos Fixos Tangíveis.....	16
6. Inventários	16
7. Rédito.....	17
8. Subsídios do Governo e apoios do Governo	17
9. Benefícios dos empregados	17
10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	18
11. Outras Informações	18
11.1. Investimentos Financeiros	18
11.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	18
11.3. Clientes e Utentes.....	18
11.4. Outras contas a receber.....	18
11.5. Diferimentos	19
11.6. Caixa e Depósitos Bancários	19
11.7. Fundos Patrimoniais	19
11.8. Fornecedores	19
11.9. Estado e Outros Entes Públicos	19
11.10. Outras Contas a Pagar.....	20
11.11. Fornecimentos e serviços externos	20
11.12. Outros rendimentos e ganhos	20
11.13. Outros gastos e perdas	20
11.14. Resultados Financeiros	21
11.15. Acontecimentos após data de Balanço.....	21

Balanço

CBE - Casa de Acolhimento

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

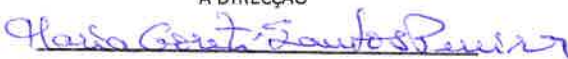

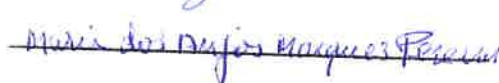
RUBRICAS		Notas	Datas	
			31-12-2017	31-12-2016
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	424.714,81	482.227,59	
Ativos intangíveis				464,67
Investimentos financeiros	11.1	1.562,23	987,65	
Subtotal		426.277,04	483.679,91	
Ativo corrente				
Inventários	6			
Estado e outros Entes Públicos	11.9	6.577,84	6.580,60	
Créditos a receber	11.4	1.484,01	777,35	
Diferimentos	11.5	1.077,86		
Caixa e depósitos bancários	11.6	241.482,65	170.519,40	
Subtotal		250.622,36	177.877,35	
Total do Ativo		676.899,40	661.557,26	
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO				
Fundos Próprios				
Fundos	11.7	304.535,52	304.535,52	
Resultados transitados	11.7	253.557,54	240.885,88	
Outras variações nos fundos patrimoniais		45.600,00	45.600,00	
Resultado Líquido do período		18.331,80	12.671,66	
Total do capital próprio		622.024,86	603.693,06	
Passivo				
Passivo corrente				
Fornecedores	11.8	4.640,40	4.787,97	
Estado e outros Entes Públicos	11.9	3.931,58	4.407,06	
Outras contas a pagar	11.10	46.302,56	48.669,17	
Subtotal		54.874,54	57.864,20	
Total do passivo		54.874,54	57.864,20	
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		676.899,40	661.557,26	

Porto, 30 de março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIRECÇÃO

Demonstração dos Resultados por Naturezas

CBE - Casa de Acolhimento

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

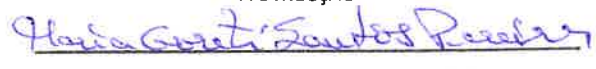
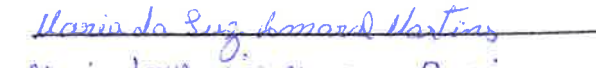
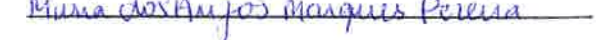
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	7		-
Subsídios, doações e legados à exploração	8	339.108,89	340.508,07
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(33.548,62)	(33.623,37)
Fornecimentos e serviços externos	11.11	(49.094,85)	(54.329,41)
Gastos com o pessoal	9	(184.462,66)	(183.785,36)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	11.12	5.984,75	5.598,00
Outros gastos e perdas	11.13	(202,00)	(1.564,49)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		77.785,51	72.803,44
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(61.224,95)	(61.310,25)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		16.560,56	11.493,19
Juros e rendimentos similares obtidos	11.14	1.771,24	1.178,47
Juros e gastos similares suportados			-
Resultados antes de impostos		18.331,80	12.671,66
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		18.331,80	12.671,66

Porto, 30 de março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIRECÇÃO

Demonstração de Fluxos de Caixa

CBE - Casa de Acolhimento

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

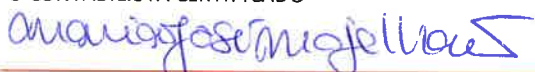
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
<u>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes e utentes			
Pagamentos de subsídios		317.479,84	317.821,96
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(54.713,11)	(62.173,97)
Pagamentos ao pessoal		(184.733,46)	(179.698,52)
Caixa gerada pelas operações		78.033,27	75.949,47
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(4.513,48)	(13.880,26)
Outros recebimentos/pagamentos			
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		73.519,79	62.069,21
<u>Fluxos de caixa das actividade de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(3.621,12)	(36.543,62)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		1.064,58	1.178,47
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(2.556,54)	(35.365,15)
<u>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de financiamento			1.307,82
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		-	1.307,82
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		70.963,25	28.011,88
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		170.519,40	142.507,52
Caixa e seus equivalentes no fim do período		241.482,65	170.519,40

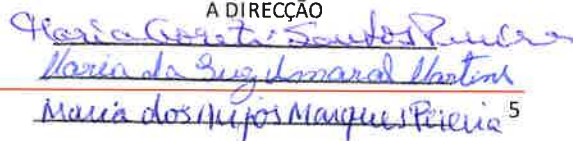
Porto, 30 de março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO



Centro de Bem Estar Infantil e Juvenil do Coração de Jesus
Morada: Rua S. Dinis, n.º 76, Porto
NIF:500 844 380

A DIRECÇÃO



sup
16/12/17

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

CBE – Casa de Acolhimento

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2016

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
1	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	304.535,52			308.503,27		45.600,00	(67.617,39)	591.021,40		591.021,40
2	ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
	Primeira adopção de novo referencial contabilístico										
	Alterações de políticas contabilísticas										
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
3	Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										
	Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										
	Ajustamentos por impostos diferidos										
	Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	-	-	-	(67.617,39)	-	-	67.617,39	-	-	-
4=2+3	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							12.671,66	12.671,66		12.671,66
	RESULTADO EXTENSIVO							80.289,05	12.671,66		12.671,66
	OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
	Fundos										-
5	Subsídios, doações e legados										
	Outras operações										
6=1+2+3+4	POSICÃO NO FIM DO ANO 2016	304.535,52			240.885,88		45.600,00	12.671,66	603.693,06		603.693,06

Porto, 30 de março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Amélia José Gonçalves

A DIRECÇÃO

Glória Cordeiro Sandoval Pereira
Maria do Espírito Santo Martins
Maria dos Anjos Marques Pereira

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017

CBE – Casa de Acolhimento

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Unidade Monetária: Euros		
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
6	6	304.535,52	-	-	240.885,88	-	45.600,00	12.671,66	603.693,06	-	603.693,06
7	7	-	-	-	12.671,66	-	-	(12.671,66)	-	-	-
8	8	-	-	-	12.671,66	-	-	(12.671,66)	-	-	-
9=7+8	9	-	-	-	-	-	-	18.331,80	18.331,80	-	18.331,80
10	10	302.268,00	-	-	-	-	-	5.660,14	18.331,80	-	18.331,80
6+7+8+10	6+7+8+10	606.803,52	-	-	253.557,54	-	45.600,00	18.331,80	924.292,86	-	924.292,86

Porto, 30 de março de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

maria fernanda magalhães

A DIREÇÃO

Maria Gertrudes Santos Pereira

Maria da Luz Amaral Martins

Maria dos Anjos Marques Pereira



Anexo

1. Identificação da Entidade

Denominação Social: CBE – Casa de Acolhimento

Natureza Jurídica: Instituição Particular de Solidariedade Social

CAE: 87901

Sede: Rua S. Dinis, n.º 76 - Porto

N.º de Identificação de Pessoa Coletiva: 500 844 380

Fundo: 304.535,52€

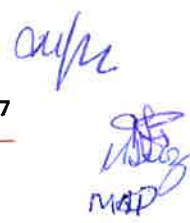
Constituída em 1928

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.



3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 11.4 e 11.10) e “Diferimentos” (Nota 11.5)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou

inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos activo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os "*Activos Fixos Tangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	3-50
Equipamento básico	3-20
Equipamento de transporte	25
Equipamento administrativo	3-10
Outros Ativos fixos tangíveis	3-12

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

3.2.2. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*).

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;

- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais						-
Edifícios e outras construções	854.833,42					854.833,42
Equipamento básico	96.697,79	2.890,50				99.588,29
Equipamento de transporte	43.115,70					43.115,70
Equipamento administrativo	81.656,09	357,00				82.013,09
Outros Ativos fixos tangíveis	13.444,71					13.444,71
Activos Fixos Tangíveis em Curso	-					-
Total	1.089.747,71	3.247,50	-	-	-	1.092.995,21
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	402.354,34	49.595,31				451.949,65
Equipamento básico	94.568,76	2.294,66				96.863,42
Equipamento de transporte	24.758,99	6.118,90				30.877,89
Equipamento administrativo	77.052,52	1.693,99				78.746,51
Outros Ativos fixos tangíveis	8.785,51	1.057,42				9.842,93
Total	607.520,12	60.760,28	-	-	-	668.280,40

31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais						-
Edifícios e outras construções	852.080,65	2.752,77				854.833,42
Equipamento básico	94.902,45	1.795,34				96.697,79
Equipamento de transporte	18.640,08	24.475,62				43.115,70
Equipamento administrativo	79.168,48	2.487,61				81.656,09
Outros Ativos fixos tangíveis	11.454,05	1.990,66				13.444,71
Activos Fixos Tangíveis em Curso	-					-
Total	1.056.245,71	33.502,00	-	-	-	1.089.747,71
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-					-
Edifícios e outras construções	352.289,04	50.065,30				402.354,34
Equipamento básico	92.357,58	2.211,18				94.568,76
Equipamento de transporte	18.640,08	6.118,91				24.758,99
Equipamento administrativo	75.715,51	1.337,01				77.052,52
Outros Ativos fixos tangíveis	7.672,20	1.113,31				8.785,51
Total	546.674,41	60.845,71	-	-	-	607.520,12

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017
Mercadorias	573,84	13.615,14	19.434,39	-	13.373,64	20.174,98	-
Total	573,84	13.615,14	19.434,39	-	13.373,64	20.174,98	-

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	33.623,37	33.548,62
Variações nos inventários da produção	-	-

7. Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	-	-
Prestação de Serviços	-	-
Total	-	-

8. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a Entidade tinha o seguinte valor nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2016
Subsídios ISS - Instituto Segurança Social	315.600,94	315.821,96
Subsídios Outras entidades	1.723,04	3.857,89
Doações	21.784,91	20.828,22
Total	339.108,89	340.508,07

9. Benefícios dos empregados

Em 31/12/2017 a Entidade tinha 17 funcionários.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	150.293,36	150.739,93
Encargos sobre as Remunerações	33.173,73	32.990,17
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	895,56	55,26
Outros Gastos com o Pessoal	100,01	-
Total	184.462,66	183.785,36

10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
Fundo de Compensação	1.562,23	987,65
Total	1.562,23	987,65

11.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a empresa não apresentava qualquer valor.

11.3. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 a rubrica “Clientes” apresenta um saldo credor de 32€. Em 2016 esta rubrica não apresenta qualquer valor.

11.4. Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.484,01	777,35
Outros Devedores		
Total	1.484,01	777,35

11.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Outros gastos operacionais	1.077,86	
Total	1.077,86	-

11.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	443,49	79,97
Depósitos à ordem	31.039,16	70.439,43
Depósitos a prazo	210.000,00	100.000,00
Total	241.482,65	170.519,40

11.7. Fundos Patrimoniais

Nos “*Fundos Patrimoniais*” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundo	304.535,52			304.535,52
Excedentes técnicos	-			-
Reservas	-			-
Resultados transitados	240.885,88	12.671,66		253.557,54
Excedentes de revalorização	-			-
Outras variações nos FP	45.600,00			45.600,00
Total	591.021,40	12.671,66	-	603.693,06

11.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de “*Fornecedores*” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	4.640,40	4.787,97
Total	4.640,40	4.787,97

11.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “*Estado e outros Entes Públicos*” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	6.577,84	6.580,60
Total	6.577,84	6.580,60
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	573,00	688,00
Segurança Social	3.307,80	3.657,61
Outros Impostos e Taxas	50,78	61,45
Total	3.931,58	4.407,06

11.10. Outras Contas a Pagar

A rubrica “*Outras contas a pagar*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimos de gastos		24.257,41		26.656,02
Outros credores		22.045,15		22.013,15
Total	-	46.302,56	-	48.669,17

11.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	10.491,88	12.125,70
Materiais	1.423,66	2.015,36
Energia e fluidos	22.009,84	29.656,50
Deslocações, estadas e transportes	2.000,25	2.598,40
Serviços diversos	13.169,22	7.933,45
Total	49.094,85	54.329,41

11.12. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	1.440,00	1.379,40
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	6,00
Outros rendimentos e ganhos	4.544,75	4.212,60
Total	5.984,75	5.598,00

11.13. Outros gastos e perdas

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Outros Gastos e Perdas	202,00	1.564,49
Total	202,00	1.564,49

11.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1.771,24	1.178,47
Total	1.771,24	1.178,47
Resultados financeiros	1.771,24	1.178,47

11.15. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 30 de março de 2018